

63ª CSW: Diálogo Interativo de Alto Nível – Construindo alianças para sistemas de proteção social, acesso a serviços públicos e infraestrutura sustentável para a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas

Sugestão de elementos para intervenção

Senhoras e senhores,

A promoção da igualdade entre mulheres e homens é uma prioridade permanente do Estado brasileiro, prevista na nossa Constituição Federal.

Por seu caráter eminentemente transversal, sabemos que políticas públicas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres e para o empoderamento de mulheres e meninas não podem prescindir da articulação entre as diversas esferas governamentais, nos níveis local, regional e federal. Da mesma forma, estamos cientes de que a construção de parcerias e alianças com a sociedade civil e a iniciativa privada tem papel central para assegurar resultados efetivos no terreno.

O Brasil conta com legislação avançada para a proteção e promoção dos direitos das mulheres, desenvolvida ao longo das últimas décadas. Destaco a Lei Maria da Penha, de 2006, que abrange o enfrentamento à violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral contra as mulheres. Mais recentemente, em 2015, foi aprovada a Lei do Feminicídio, que inclui os crimes com motivação de gênero no rol de crimes hediondos no país.

A aprovação dessas leis contou com importante concurso da sociedade civil e da bancada feminina no Congresso Nacional, cujas representantes da atual legislatura tenho a honra de ter como integrantes da delegação brasileira presente nesta sessão da CSW.

Apesar de avanços relevantes, lamentavelmente, os resultados em meu país ainda estão muito aquém do desejado. O Brasil sofre hoje verdadeira epidemia de crimes violentos contra mulheres e meninas. O governo não está inerte, muito menos indiferente, diante dos desafios que a mulher brasileira enfrenta diariamente no país.

Durante minha gestão à frente do novo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, lutarei com todas as minhas forças para erradicar as múltiplas e inter-relacionadas formas de violência e discriminação contra mulheres, sobretudo as mulheres em situação de maior vulnerabilidade, como as mulheres negras, de povos tradicionais, indígenas, mulheres com deficiência e idosas. Vamos trabalhar em estreita coordenação com os demais entes federativos, mas também com a sociedade civil e com o setor privado, aliados imprescindíveis nessa tarefa.

Nesse momento histórico único, no qual o governo brasileiro passa a contar com um Ministério especialmente dedicado à mulher e à família, paralelamente à proteção da mulher, investiremos na projeção da mulher através do estudo, do trabalho e da promoção de condições realmente igualitárias de trabalho para que a mulher possa dar efetivamente toda a contribuição social de que é capaz.

Agradeço a oportunidade de apresentar as iniciativas brasileiras de promoção dos direitos das mulheres e meninas e também por compartilharem suas experiências nacionais conosco. Tenho certeza de que o intercâmbio de boas práticas pode gerar resultados positivos para nossos países.

Muito obrigada!